



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 183/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2023

PRAZO: de 20 de setembro de 2023 a 19 de setembro de 2024

Ata de registro de preços que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Ângelo Mezzomo, s/nº - Centro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.455/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Sr. **Anderson Manique Barreto**, portador do CPF sob o nº 967.311.099-91 e RG nº 5.228.761-8, a seguir denominado CONTRATANTE e do outro, a empresa **MATHY ENGENHARIAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Albino Grigoletti, nº 45, sala 01, bairro Canisianas, na cidade de Irati (84.500-257), Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.029.277/0001-48, neste ato representada por sua Representante Legal Sra. **Mariane Gabrielle Pedroso**, portador do CPF sob o nº 059.111.009-16 e CNH nº 047661127065, (CONTATOS: mathy.engenharias@gmail.com / (42)9.9834-9872 / (42) 9.9969-7477 / (42)9.9900-1147), a seguir denominada DETENTORA, vencedora da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2023**, do tipo menor preço por LOTE, para o **REGISTRO DE PREÇO PARA SERVIÇOS DE SONDAGEM, TOPOGRAFIA E AGRIMENSURA, PARA ATENDER A DEMANDA MUNICIPAL**, conforme especificações contidas no termo de referência – ANEXO I”, fundamentados na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Municipal nº 1.708, de 18 de setembro de 2003, Decreto Municipal nº 3262 e 3263, de 28 de setembro de 2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar Municipal nº 18 de 20 de dezembro de 2007, Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, **Decreto Federal nº 10.024/2019** e legislação complementar vigente, em estrita observância aos Diplomas Legais que norteiam as Licitações e Contratos Administrativos, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

A presente Ata tem por objeto constituir o Sistema de Registro de Preços, com o respectivo Registro de Preços da proposta vencedora para **SERVIÇOS DE SONDAGEM, TOPOGRAFIA E AGRIMENSURA, PARA ATENDER A DEMANDA MUNICIPAL**, de conformidade com as especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência do edital, partes integrantes deste instrumento, independente de sua transcrição e conforme abaixo discriminado:

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro: A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, **de 20 de setembro de 2023 a 19 de setembro de 2024.**

Parágrafo Segundo: O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a 12 meses, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS QUANTIDADES ESTIMADAS

Parágrafo Primeiro: As quantidades são estimadas, sendo que ao término de vigência da Ata de Registro de Preços, o remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando o contratante desobrigado da contratação de toda a quantidade e consequentemente do seu pagamento.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo Segundo: A empresa detentora deverá atender as solicitações do Município de Coronel Vivida, qualquer que seja a quantidade constante na Nota de Empenho, observando as quantidades máximas estimadas na Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Terceiro: A existência do registro de preços não obriga a Administração a firmar as futuras contratações, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para as aquisições pretendidas, assegurado ao beneficiário deste registro de preços a preferência, em igualdade de condições.

Parágrafo Quarto: É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: DA PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

Parágrafo Primeiro: Esta Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por outro órgão ou entidade da Administração, mediante consulta prévia ao Contratante.

Parágrafo Segundo: Caberá a DETENTORA da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

As obrigações do contratante estão detalhadas no item 7 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observados pelos licitantes.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

As obrigações da detentora estão detalhadas no item 8 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observados pelos licitantes.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA SUBCONTRATAÇÃO

As condições para a subcontratação estão detalhadas no item 9 do termo de Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observados pelos licitantes para a formulação das propostas.

CLÁUSULA OITAVA: CONDIÇÕES DE ENTREGA, PRAZOS E LOCAL

Das condições de entrega, prazos e local estão fixadas detalhadamente no item 11 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observados pelos licitantes para a formulação das propostas.

CLÁUSULA NONA: OBSERVAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

Das observações gerais e específicas estão fixadas detalhadamente no item 12 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observados pelos licitantes para a formulação das propostas.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA FORMA DE PAGAMENTO

A forma de pagamento está detalhada no item 13 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observados pelos licitantes.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos para assegurar o pagamento das obrigações constantes neste Edital correrão por conta das dotações orçamentarias vigentes de cada departamento, quando da sua utilização e conforme abaixo:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO UNIDADE: 01 – ADMINISTRAÇÃO S.M.A. Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa – 3.3.90.39.05 – Serviços Técnicos Profissionais							
UG	O/U	FONTE	P/A	DESCRIÇÃO	DESPESA PRINC.	DESD.	NATUREZA
00	03/01	000	2.006	Serviços de Administração Geral 03.001.04.122.0003.2.006	58	2220	3.3.90.39.05

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa – 3.3.90.39.05 – Serviços Técnicos Profissionais							
UG	O/U	FONTE	P/A	DESCRIÇÃO	DESPESA PRINC.	DESD.	NATUREZA
00	05/01	104	2.012	Manutenção do Ensino Fundamental 05.001.12.361.0013.2.012	186	4309	3.3.90.39.05
00	05/01	000	2.012	Manutenção do Ensino Fundamental 05.001.12.361.0013.2.012	184	4310	3.3.90.39.05
00	05/01	000	2.011	CRECHES 05.001.12.365.0012.2.011	265	4311	3.3.90.39.05

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO UNIDADE: 03 – DEPARTAMENTO DO DESPORTO Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa – 3.3.90.39.05 – Serviços Técnicos Profissionais							
UG	O/U	FONTE	P/A	DESCRIÇÃO	DESPESA PRINC.	DESD.	NATUREZA
00	05/03	000	2.019	Manutenção das Atividades Esportivas 05.003.27.812.0018.2.019	333	4312	3.3.90.39.05

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE SAÚDE Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa – 3.3.90.39.05 – Serviços Técnicos Profissionais							
UG	O/U	FONTE	P/A	DESCRIÇÃO	DESPESA PRINC.	DESD.	NATUREZA
02	06/01	494	2.027	Atenção Básica Fixa – FMS 06.001.10.301.0019.2.027	673	4313	3.3.90.39.05
02	06/01	000	2.087	Manutenção das Atividades de MAC – Ambulatorial e Hospitalar 06.001.10.302.0019.2.087	905	4314	3.3.90.39.05

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa – 3.3.90.39.05 – Serviços Técnicos Profissionais							
UG	O/U	FONTE	P/A	DESCRIÇÃO	DESPESA PRINC.	DESD.	NATUREZA
00	08/02	000	2.057	Manutenção e Estruturação da Malha Viária 08.002.26.782.0032.2.057	507	4315	3.3.90.39.05

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO							
--	--	--	--	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa – 3.3.90.39.05 – Serviços Técnicos Profissionais							
UG	O/U	FONTE	P/A	DESCRIÇÃO	DESPESA PRINC.	DESD.	NATUREZA
00	08/01	000	1.052	Obras e Equipamentos de Circulação 08.001.26.451.0029.1.052	488	3772	3.3.90.39.05

ÓRGÃO: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMÉRCIO Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa – 3.3.90.39.05 – Serviços Técnicos Profissionais							
UG	O/U	FONTE	P/A	DESCRIÇÃO	DESPESA PRINC.	DESD.	NATUREZA
00	09/01	000	2.059	Manutenção e Modernização da Indústria, Comércio e Serviços 09.001.22.661.0033.2.059	544	4316	3.3.90.39.05

ÓRGÃO: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE TURISMO E SERVIÇOS Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa – 3.3.90.39.05 – Serviços Técnicos Profissionais							
UG	O/U	FONTE	P/A	DESCRIÇÃO	DESPESA PRINC.	DESD.	NATUREZA
00	09/02	000	2.063	Estruturação, Modernização e Fomento ao Turismo 09.002.22.695.0033.2.063	554	3345	3.3.90.39.05

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO HUMANA Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa – 3.3.90.39.05 – Serviços Técnicos Profissionais							
UG	O/U	FONTE	P/A	DESCRIÇÃO	DESPESA PRINC.	DESD.	NATUREZA
00	10/02	000	2.036	Manutenção da Unidade de Assistência Social 10.002.08.244.0023.2.036	576	4317	3.3.90.39.05

ÓRGÃO: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa – 3.3.90.39.05 – Serviços Técnicos Profissionais							
UG	O/U	FONTE	P/A	DESCRIÇÃO	DESPESA PRINC.	DESD.	NATUREZA
00	11/01	000	2.043	Preservação Ambiental 11.001.18.541.0026.2.043	595	4318	3.3.90.39.05

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Parágrafo Primeiro: Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados.

Parágrafo Segundo: Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, II, “d” da Lei 8.666/93.

I - Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo Terceiro: Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal.

Parágrafo Quarto: Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, “d” da Lei 8.666/93.

Parágrafo Quinto: Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA REVISÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro: O gestor responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os produtos/serviços registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo, para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível.

Parágrafo Segundo: Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o gestor da Ata de Registro de Preços deverá convocar o fornecedor visando à negociação para a redução de preços e a sua adequação ao praticado pelo mercado.

I - Frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, desde que comprovadamente demonstre a inviabilidade de redução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA RESCISÃO CONTRATUAL E EXTINÇÃO

Parágrafo Primeiro: Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos artigos 77, 78 e 88 da Lei nº 8.666/93, o Município de Coronel Vivida poderá, garantida a prévia defesa, rescindir unilateralmente a ata de registro de preços, na forma do artigo 79 do mesmo diploma legal, bem como aplicar à detentora as sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo: A ata de registro de preços poderá ser rescindida pelos motivos previstos na Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Terceiro: Será automaticamente extinto a ata de registro de preços quando do término do prazo estipulado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA ANTICORRUPÇÃO

As condições anticorrupção estão detalhadas no item 16 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observados pelos licitantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As condições quanto a gestão e fiscalização da ata de registro de preços estão detalhadas no item 17 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observados pelos licitantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

Parágrafo Primeiro: Nos termos do Art. 7º da Lei 10.520/02, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a ata de registro de preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo: As sanções administrativas serão aplicadas em conformidade com o prescrito na Lei Federal nº 8666/93, e em legislação correlata, podendo ser das seguintes espécies:

- a) Advertência.
- b) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ata de registro de preços.
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração.
- d) Declaração de inidoneidade.

I - As sanções previstas nos subitens “a”, “c” e “d” do parágrafo segundo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a do subitem “b”.

Parágrafo Terceiro: A multa imposta a detentora ou licitante, poderá ser:

- a) de caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da ata de registro, quando será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta) dias corridos.

II - 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante.

- b) de caráter compensatório, quando será aplicada nos seguintes percentuais.

I - 15% (quinze por cento) do valor do empenho em caso de inexecução parcial do objeto pela detentora ou nos casos de rescisão da ata de registro de preços, calculada sobre a parte inadimplida.

II - 20% (vinte por cento) sobre o valor da ata de registro de preços, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar ata de registro de preços ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração.

O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Quarto: A instrução obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Parágrafo Quinto: Na fase de instrução, o indiciado será notificado pelo gestor da ata de registro de preços e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do correio eletrônico no e-mail, para apresentação da Defesa Prévia, assegurando-se lhe vista do processo, e juntada dos documentos comprobatórios que considerar pertinentes à fundamentação dos fatos alegados na mesma.

Parágrafo Sexto: O extrato da decisão definitiva, bem como toda sanção aplicada, será anotado no histórico cadastral da empresa e nos sistemas cadastrais pertinentes, quando for o caso, além do processo ser apostilado na sua licitação correspondente.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO

A publicação do presente instrumento, em extrato, na Imprensa Oficial do Município, ficará a cargo da Administração e da contratação por outros órgãos ou entidades da Administração que utilizarem desta Ata, por conta desses, no prazo e forma dispostos pela legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Parágrafo Primeiro: Integram esta Ata de Registro de Preços o Ato Convocatório – **Pregão Eletrônico nº 66/2023** e seus anexos, bem como a proposta de preço escrita formulada pela DETENTORA da Ata, constando os preços de fechamento da operação e a documentação de habilitação, de cujos teores as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independentemente de sua anexação.

Parágrafo Segundo: Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata, definirem sua extensão, e dessa forma, regerem a execução adequada do instrumento ora celebrado.

Parágrafo Terceiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Prefeito do Município, observadas às disposições estabelecidas na legislação vigente.

Parágrafo Quarto: Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa à licitação, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrente.

Parágrafo Quinto: O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de Coronel Vivida - PR, considerado aquele a que está vinculado o Prefeito.

E, por estarem justos e acordados, assinam a presente ata de registro de preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Coronel Vivida, 19 de setembro de 2023.

ANDERSON MANIQUE Assinado de forma digital por
BARRETO:967311099 ANDERSON MANIQUE
BARRETO:96731109991
91 Dados: 2023.09.20 10:08:29 -03'00'

Anderson Manique Barreto
Prefeito
CONTRATANTE

MATHY ENGENHARIAS Assinado de forma digital por
LTDA:4602927700014 MATHY ENGENHARIAS
8 LTDA:46029277000148
Dados: 2023.09.20 10:55:35 -03'00'

Mariane Gabrielle Pedroso
Mathy Engenharias Ltda
DETENTORA

Testemunhas:



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ



ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2023

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto:

1.1. Registro de Preço para serviços de Sondagem, Topografia e Agrimensura, para atender a demanda municipal, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

LOTE	ITEM	QTDADE ESTIMADA	UN	CÓD. LC	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR ESTIMADO TOTAL R\$
6	1	15,0	UN	20698	SONDAGEM GEOLOGICA A PERCUSSAO (SPT), COM EXECUCAO DE 03 FUROS SEQUENCIAIS, PROFUNDIDADE DE ATE 10 METROS, COM MOBILIZACAO/DESMOBILIZACAO, (LIGACOES PROVISÓRIAS, TRANSPORTE DE EQUIPAMENTO E PESSOAS, ESTADIAS CASO NECESSARIO) E LAUDO TECNICO.	658,46	9.876,90
6	2	50,0	UN	20699	SONDAGEM GEOLOGICA À PERCUSSAO (SPT), COM EXECUCAO DE 01 FURO ADICIONAL, PROFUNDIDADE DE ATE 10 METROS, SEM MOBILIZACAO/DESMOBILIZACAO, COM LAUDO TECNICO	658,46	32.923,00
VALOR ESTIMADO TOTAL DO LOTE 06						42.799,90	

R\$ 42.799,90 (quarenta e dois mil setecentos e noventa e nove reais e noventa centavos)

2. Justificativa:

2.1. Necessita-se do presente serviço tendo em vista, a grande demanda dos referidos serviços, e que o município não possui em seu quadro de funcionários profissional habilitado para o desenvolvimento dos mesmos, nem aparelhos com tecnologia e precisão para tanto.

2.2. Para facilitar a fiscalização dos serviços, foi adequado o referido termo de referência subdividindo o mesmo por lotes de acordo com a especificidade de cada um dos serviços.

3. Justificativa da quantidade estimada:

3.1. As quantidades foram estimadas com base nos projetos em andamento e uma prospecção de demanda futura, cujo diagnóstico se aproxima das quantidades ideais relevantes para a administração municipal e na previsão da disponibilidade para enfrentar situações não programadas que exigem pronto atendimento.

3.2. Com isso as quantidades são estimadas, sendo que ao término de vigência contratual, o remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando a contratante desobrigada da aquisição total dos produtos, e consequentemente do seu pagamento.

4. Avaliação do Custo:

5.1. O custo total estimado do presente é de R\$ 480.792,50 (quatrocentos e oitenta mil, setecentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos), conforme planilha de médias em anexo. Sendo que, após a fase de lances e negociação, chegou-se ao valor total estimado conforme item 1 deste.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

4.1. A metodologia de preços foi embasada no Decreto Municipal nº 6.529/2019, houve diversificação da base de pesquisa, certificando-se de que os preços obtidos correspondem aos praticados no mercado.

4.2. Houve diversificação da base de pesquisa, certificando-se de que os preços obtidos correspondem aos praticados no mercado, para a ponderação dos custos foram realizadas pesquisas diretamente com empresas do ramo, bem como foram empregados contratos/atas de registro de preços de contratações similares de outros entes públicos, tendo como objetivo final a confecção do mapa comparativo de preços.

4.3. Toda a atividade de pesquisa, desde a seleção de parâmetros, cotação de preços nos parâmetros escolhidos ao juízo crítico sobre os valores encontrados, tem como objetivo final a confecção do mapa comparativo de preços, tratando-se de percentuais apenas para se estimar o custo de uma unidade, sendo assim desconsideramos valores muito acima ou muito abaixo dos demais para que não obtivéssemos valores equivocados dentro do processo, tanto sobrepreços como inexecuáveis.

5. Dos critérios:

5.1. **Da modalidade:** Pregão

5.2. **Tipo de licitação:** Menor Preço

5.3. **Critério de Julgamento:** para fins de julgamento das propostas será adotado o critério “**MENOR PREÇO POR LOTE**”, observado as condições definidas no Edital e seus anexos.

6. Licitação Ampla Concorrência:

6.1. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO CUMPRIMENTO AOS ART. 47 E 48 DA LEI COMPLEMENTAR 123/06, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/14:

6.2. Neste certame não será aplicável, a exclusividade, benefício ME, EPP, art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, exceção contemplada pelo art. 49 da mesma lei, inciso III: o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

7. Obrigações do Contratante:

7.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Detentora.

7.2. Notificar, formal e tempestivamente, a Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento das obrigações assumidas.

7.3. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

7.4. Comunicar prontamente a Detentora, qualquer anormalidade no objeto, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.

7.5. Comunicar à Detentora qualquer irregularidade manifestada durante a vigência da Ata de Registro de Preços, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.

7.6. Exercer o acompanhamento e a fiscalização, pelos fiscais designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

7.8. Permitir que os funcionários da Contratada tenham acesso aos locais de execução dos serviços.

7.9. Fornecer a qualquer tempo, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientar em todos os casos omissos.

8. Obrigações da Detentora:

8.1. A detentora deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

8.2. Manter, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, de acordo com o art. 55, XIII, da Lei 8.666/93, informando o Contratante à ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.

8.3. Comunicar imediatamente o Contratante no caso de ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega do objeto, e qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessária.

8.4. Realizar os serviços em estrita conformidade com as especificações contidas no Edital e proposta de preços apresentada, à qual se vincula, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas.

8.5. Efetuar a execução do objeto deste com pontualidade, atendendo a todas as condições estabelecidas.

8.6. Todas as despesas com transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da Detentora.

8.7. Certificar-se, preliminarmente, de todas as condições exigidas no Edital, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento.

8.8. Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor do objeto da licitação.

8.9. A Detentora deverá garantir a qualidade dos serviços prestados, devendo reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem, defeitos ou incorreções.

8.10. Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão-de-obra habilitada para a execução do objeto do presente termo, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e previstas na legislação específica; encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas, para com as quais ficará única e exclusivamente responsabilizada, nos termos do art. 71, da Lei 8666/93, com as alterações dela decorrentes.

8.11. Garantir a melhor qualidade dos serviços e produtos entregues, atendidas as especificações e normas técnicas para cada caso, em especial as normas da ABNT, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação.

8.12. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste, sem prévia e expressa anuência da Administração, e em tudo o que seguir as diretrizes da Administração.

8.13. Não manter em seu quadro de pessoal menores em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

8.14. Cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor - conforme Lei nº 8.078/90, que sejam compatíveis com o regime de direito público.

8.15. Todos os casos atípicos não mencionados neste, deverão ser apresentados ao Gestor e/ou Fiscal da Ata para sua definição e determinação.

9. Da Subcontratação:

9.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação da Ata de Registro de Preços com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, salvo prévia e expressa autorização do Contratante.

9.2. Em caso de autorização de subcontratação total ou parcial do objeto, fica a subcontratada obrigada a apresentar previamente à autorização, os documentos comprobatórios de idoneidade, exigidos da detentora na fase de habilitação.

9.3. Autorizada qualquer das hipóteses retro, a Detentora permanecerá solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as condições ajustadas na Ata de Registro de Preços e Edital.

10. Qualificação técnica:

10.1. **Certidão de registro de Pessoa Jurídica (proponente)** expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, dentro de seu prazo de validade ou **Certidão de registro de Pessoa Jurídica (proponente)** expedida pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade ou **Certidão de registro de Pessoa Jurídica (proponente)** expedida pelo Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT, **ou outro Conselho que tenha competência na área do objeto do certame**, dentro do seu prazo de validade junto com a documentação que comprove as atribuições deste conselho.

10.2. **Certidão de registro de Pessoa Física** do profissional que irá atuar na **qualidade de Responsável Técnico, Gerente e Supervisor dos Serviços**, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, dentro de seu prazo de validade ou **Certidão de registro de Pessoa Física** do profissional que irá atuar na **qualidade de Responsável Técnico, Gerente e Supervisor dos Serviços**, expedida pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro do prazo de validade ou **Certidão de registro de Pessoa Física** do profissional que irá atuar na **qualidade de Responsável Técnico, Gerente e Supervisor dos Serviços**, expedida pelo Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT, **ou outro Conselho que tenha competência na área do objeto do certame**, dentro do seu prazo de validade junto com a documentação que comprove as atribuições deste conselho e profissionais.

10.3. Apresentação de no mínimo 01 (um) **Atestado de Capacidade Técnica do Profissional Responsável**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou direito privado, compatível com o lote em que for vencedor, bem como certidão de Acervo Técnico, emitido em nome do seu responsável técnico, comprovando que este desempenhou de forma satisfatória a execução dos referidos serviços.

Observações:

** Os documentos solicitados no item 10.1 e 10.2, acima, devem manter correspondência em relação aos conselhos e os profissionais. Exemplos: sendo a empresa registrada no CREA o profissional responsável técnico deverá ser do CREA ou sendo a*



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

empresa registrada no CAU o profissional responsável técnico deve ser do CAU. Da mesma forma o Atestado de Capacidade Técnico Profissional deve ser do profissional integrante do quadro da empresa e pertencente ao conselho de classe em que a empresa estiver registrada.

10.4. Deverá ser comprovado **vínculo** entre o(s) responsável(is) técnico(s) e a empresa, seja na qualidade de sócio, através da cópia do contrato social ou ata de assembleia; como funcionário, através de cópia do livro de registro de funcionários e cópia da carteira de trabalho contendo as respectivas anotações de contrato de trabalho, constando a admissão até a data de abertura do presente edital; ou como contratado, por meio de contrato, ou ainda certidão de registro de pessoa jurídica em nome da proponente, onde conste o nome dos profissionais no quadro técnico, neste último caso podendo valer-se da mesma Certidão elencada no item “10.1”, não sendo necessário apresentação de cópia do mesmo documento, desde que cumpra as demais exigências solicitadas.

11. Condições de entrega, prazos e local:

11.1. Os Serviços, objeto deste, deverão ser efetuados, mediante solicitação formal através de Nota de Empenho e Autorização de Compras, as quantidades nelas prescritas, deverão ser entregues nos locais, datas e horários determinados pela Secretaria solicitante.

11.2. Os itens serão registrados pelo prazo de 12 (doze) meses, e as quantidades apresentadas neste, são apenas uma estimativa, não obrigando o MUNICÍPIO a contrata-las, sendo que, ao término de vigência da Ata de Registro de Preços a ser firmada, o remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando o contratante/município desobrigado da contratação total dos serviços e conseqüentemente do seu pagamento.

11.3. O prazo para entrega dos itens/lotos e realização do serviço será contado a partir da data do recebimento da nota de empenho, variando de acordo com a complexidade de cada um dos referidos itens/lotos, conforme segue:

LOTE	PRAZO
1	10 dias uteis
2	30 dias uteis para apresentação plano urbanístico
	60 dias para apresentação dos projetos técnicos
3	15 dias uteis
4	15 dias uteis
5	10 dias uteis
6	15 dias uteis

11.4. A entrega dos produtos oriundos da prestação de serviços dos lotes supramencionadas devem ser apresentadas diretamente ao solicitante, que verificará o material e emitirá relatório da realização do serviço, autorizando a emissão da nota fiscal.

11.5. A detentora deverá apresentar para aprovação do município, toda vez que for necessário, dados informativos sobre os produtos/serviços, de modo que permita sua perfeita identificação quanto à qualidade e procedência. O município reserva-se o direito inclusive de solicitar amostras antes da execução dos serviços, os quais somente serão válidos para esta licitação.

11.6. Se a quantidade e/ou qualidade do(s) produto/serviço(s) não corresponderem ao



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

exigido, a Detentora terá um prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que faça a devida correção, substituição ou complementação do total, sob pena de aplicação das penalidades previstas.

12. Observações Gerais e Específicas:

12.1. Os levantamentos topográficos deverão vir acompanhados das respectivas plantas planimétricas ou planialtimétricas, de acordo com as normas técnicas da ABNT nas escalas definidas pela fiscalização, incluindo perfis longitudinais ou transversais, contendo o cadastro dos pontos notáveis, relatórios, planilhas de cálculo das coordenadas e cotas, e cópia da caderneta de campo, se houver.

12.2. Cada levantamento, nivelamento ou relatório executado deverá ser entregue 5 (cinco) jogos de cópias na forma física (papel) devidamente assinada pelo responsável técnico, bem como, enviado em meio digital (CD, DVD ou E-MAIL), ao solicitante.

12.3. Os arquivos digitais devem estar em plataforma compatível com a utilizada pela municipalidade, para fácil exportação para sistema de cadastro, devendo ser salvos nas seguintes extensões: DWG e SHP, devidamente georreferenciados.

12.4. Deverão ser utilizados no mínimo, os seguintes equipamentos:

12.4.1. Teodolito. Estação total com precisão angular 5" e linhas de 5mm/km, com todos os acessórios necessários para o desenvolvimento do levantamento topográfico.

12.4.2. GPS Topográfico para transferência de coordenadas UTM's e RN oficial com precisão de cobertura que garanta a precisão do equipamento indicado no item a.

12.4.3. Poderá ser utilizada também a aparelhagem que consta na NBR 13.133/1994.

12.5. Específicas para o Lote 02: LOTEAMENTOS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA:

12.5.1. Os estudos preliminares deverão ser discutidos juntos com a Divisão de Estudos e Projetos, para posterior elaboração dos projetos técnicos, incluindo mapas, memoriais, projetos técnicos e de patamarização (quando necessário).

12.6. Específicas para o Lote 06 – SONDAGEM GEOLOGICA A PERCUSSÃO TIPO SPT:

12.6.1. Os locais serão pré-definidos pela contratante;

12.6.2. Serão executados sempre no mínimo 3 furos;

12.6.3. A empresa deverá apresentar ART/RRT devidamente quitada para elaboração do laudo para cada serviço prestado;

12.6.4. Deverá seguir a NBR 6484/2001 – Solo – Sondagens de simples reconhecimento com SPT – Método de ensaio - e demais normas pertinentes ao objeto da licitação.

12.6.5. Entregar relatório técnico em papel timbrado da empresa, em 02 vias, devidamente assinado pelo técnico responsável, além de documento em meio digital (pdf), indicando:

- a) Local da realização dos serviços;
- b) Descrição sucinta sobre a execução do ensaio SPT;
- c) Quantidade, profundidade dos furos e nível do lençol freático
- d) Croqui do terreno com a posição dos furos, referenciados com uma cota conhecida;
- e) Perfil de solo, com o tipo de solo encontrado, profundidade e número de golpes necessários para cada camada;
- f) Relatório final indicando quais as possíveis soluções para as fundações;
- g) Fotos (mínimo 04) indicando a execução do ensaio;



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

12.6.6. A empresa deverá fornecer todos os equipamentos de segurança individual e zelar pela segurança dos trabalhadores durante a execução dos serviços;

12.6.7. Os furos serão executados até a profundidade que atenda os critérios de paralização de sondagem percussão.

13. Forma de Pagamento:

13.1. Os pagamentos serão efetuados até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, após a entrega e/ou execução do objeto, apresentação da respectiva nota fiscal com discriminação resumida do objeto e número da nota de empenho, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja atestada pelo fiscal e gestor da Ata de Registro de Preços.

13.2. A liberação dos pagamentos ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

13.3. O pagamento será realizado preferencialmente por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da Detentora, ou por meio de fatura com utilização do código de barras.

13.4. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Contratante, como critério para correção monetária aplicar-se-á o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo IBGE. Em caso de atraso de pagamento, desde que a Detentora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo Contratante juros moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. Quando da incidência da correção monetária e juros moratórios, os valores serão computados a partir do vencimento do prazo de pagamento de cada parcela devida.

14. Prazo de Vigência:

14.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses. **De 20 de setembro de 2023 a 19 de setembro de 2024.**

15. Dotação Orçamentária:

15.1. Conforme princípio do planejamento integrado, em anexo.

15.2. Por se tratar de Registro de Preços, a reserva da dotação orçamentária deverá ser efetuada no ato da aquisição, devendo a Secretaria solicitante verificar a existência de saldo.

16. Anticorrupção:

16.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do Termo de Referência, seja de forma direta ou indireta quanto ao



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

objeto deste, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

17. Da gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços:

17.1. Compete ao gestor e ao(s) fiscal(is) da Ata de Registro de Preços as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 7.484 de 07 de janeiro de 2021 e as constantes na Lei 8.666/93.

17.2. A Administração indica como gestor da Ata de Registro de Preços, o Secretário de Obras, Viação e Urbanismo, Mauro Busanello, Decreto Municipal nº 7.480, pelos serviços adquiridos pela Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo.

17.3. A Administração indica como fiscal do Contrato, da Divisão de Estudos e Projetos o Assessor de Planejamento, Douglas Cristian Strapazzon, Matrícula nº 1095-2.

Declaração do Gestor e Fiscal da Ata de Registro de Preços

Declaramos estar cientes das responsabilidades e atribuições decorrentes da indicação e afirmamos plena concordância com as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos.

Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Mauro Busanello
Secretário de Obras, Viação e Urbanismo
Gestor

Douglas Strapazzon
Assessor de Planejamento
Fiscal

Coronel Vivida, 07 de agosto de 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL
ESPIGAO ALTO DO IGUAÇU**
Poder Executivo
Secretaria Municipal de Administração

RESOLUÇÃO Nº 001/2023
DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

O Senhor Prefeito Municipal, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve, no âmbito de sua competência, o seguinte:

Art. 1º - Aprovar a seguinte Resolução: **RESOLUÇÃO Nº 001/2023**, de 19 de setembro de 2023, que dispõe sobre a criação de cargos de nível médio para o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu.

Art. 2º - A presente Resolução é publicada no Diário Oficial do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para que todos os interessados tenham conhecimento e possam apresentar suas manifestações e recursos, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Esta Resolução é publicada no Diário Oficial do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para que todos os interessados tenham conhecimento e possam apresentar suas manifestações e recursos, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Poder Executivo
Secretaria Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 001/2023
DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, resolve, no âmbito de sua competência, o seguinte:

Art. 1º - Aprovar a seguinte Resolução: **RESOLUÇÃO Nº 001/2023**, de 19 de setembro de 2023, que dispõe sobre a criação de cargos de nível médio para o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu.

Art. 2º - A presente Resolução é publicada no Diário Oficial do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para que todos os interessados tenham conhecimento e possam apresentar suas manifestações e recursos, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Esta Resolução é publicada no Diário Oficial do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para que todos os interessados tenham conhecimento e possam apresentar suas manifestações e recursos, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Poder Executivo
Secretaria Municipal de Educação e Cultura

RESOLUÇÃO Nº 001/2023
DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

O Conselho Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, resolve, no âmbito de sua competência, o seguinte:

Art. 1º - Aprovar a seguinte Resolução: **RESOLUÇÃO Nº 001/2023**, de 19 de setembro de 2023, que dispõe sobre a criação de cargos de nível médio para o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu.

Art. 2º - A presente Resolução é publicada no Diário Oficial do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para que todos os interessados tenham conhecimento e possam apresentar suas manifestações e recursos, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Esta Resolução é publicada no Diário Oficial do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para que todos os interessados tenham conhecimento e possam apresentar suas manifestações e recursos, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Poder Executivo
Secretaria Municipal de Educação e Cultura

RESOLUÇÃO Nº 001/2023
DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

O Conselho Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, resolve, no âmbito de sua competência, o seguinte:

Art. 1º - Aprovar a seguinte Resolução: **RESOLUÇÃO Nº 001/2023**, de 19 de setembro de 2023, que dispõe sobre a criação de cargos de nível médio para o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu.

Art. 2º - A presente Resolução é publicada no Diário Oficial do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para que todos os interessados tenham conhecimento e possam apresentar suas manifestações e recursos, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Esta Resolução é publicada no Diário Oficial do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para que todos os interessados tenham conhecimento e possam apresentar suas manifestações e recursos, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

**PREFEITURA MUNICIPAL
ESPIGAO ALTO DO IGUAÇU**
Poder Executivo
Secretaria Municipal de Administração

RESOLUÇÃO Nº 001/2023
DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

O Senhor Prefeito Municipal, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve, no âmbito de sua competência, o seguinte:

Art. 1º - Aprovar a seguinte Resolução: **RESOLUÇÃO Nº 001/2023**, de 19 de setembro de 2023, que dispõe sobre a criação de cargos de nível médio para o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu.

Art. 2º - A presente Resolução é publicada no Diário Oficial do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para que todos os interessados tenham conhecimento e possam apresentar suas manifestações e recursos, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Esta Resolução é publicada no Diário Oficial do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para que todos os interessados tenham conhecimento e possam apresentar suas manifestações e recursos, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Poder Executivo
Secretaria Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 001/2023
DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, resolve, no âmbito de sua competência, o seguinte:

Art. 1º - Aprovar a seguinte Resolução: **RESOLUÇÃO Nº 001/2023**, de 19 de setembro de 2023, que dispõe sobre a criação de cargos de nível médio para o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu.

Art. 2º - A presente Resolução é publicada no Diário Oficial do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para que todos os interessados tenham conhecimento e possam apresentar suas manifestações e recursos, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Esta Resolução é publicada no Diário Oficial do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para que todos os interessados tenham conhecimento e possam apresentar suas manifestações e recursos, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Poder Executivo
Secretaria Municipal de Educação e Cultura

RESOLUÇÃO Nº 001/2023
DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

O Conselho Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, resolve, no âmbito de sua competência, o seguinte:

Art. 1º - Aprovar a seguinte Resolução: **RESOLUÇÃO Nº 001/2023**, de 19 de setembro de 2023, que dispõe sobre a criação de cargos de nível médio para o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu.

Art. 2º - A presente Resolução é publicada no Diário Oficial do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para que todos os interessados tenham conhecimento e possam apresentar suas manifestações e recursos, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Esta Resolução é publicada no Diário Oficial do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para que todos os interessados tenham conhecimento e possam apresentar suas manifestações e recursos, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
Poder Executivo
Secretaria Municipal de Administração

RESOLUÇÃO Nº 001/2023
DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

O Conselho Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, resolve, no âmbito de sua competência, o seguinte:

Art. 1º - Aprovar a seguinte Resolução: **RESOLUÇÃO Nº 001/2023**, de 19 de setembro de 2023, que dispõe sobre a criação de cargos de nível médio para o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu.

Art. 2º - A presente Resolução é publicada no Diário Oficial do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para que todos os interessados tenham conhecimento e possam apresentar suas manifestações e recursos, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Esta Resolução é publicada no Diário Oficial do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para que todos os interessados tenham conhecimento e possam apresentar suas manifestações e recursos, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

EDITAL DE CHAMAMENTO DE ABERTURA DE EMPREENHAMENTO

O Município de Espigão Alto do Iguaçu, no uso de suas atribuições legais, resolve, no âmbito de sua competência, o seguinte:

Art. 1º - Aprovar a seguinte Resolução: **RESOLUÇÃO Nº 001/2023**, de 19 de setembro de 2023, que dispõe sobre a criação de cargos de nível médio para o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu.

Art. 2º - A presente Resolução é publicada no Diário Oficial do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para que todos os interessados tenham conhecimento e possam apresentar suas manifestações e recursos, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Esta Resolução é publicada no Diário Oficial do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para que todos os interessados tenham conhecimento e possam apresentar suas manifestações e recursos, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO
Poder Executivo
Secretaria Municipal de Administração

RESOLUÇÃO Nº 001/2023
DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

O Conselho Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, resolve, no âmbito de sua competência, o seguinte:

Art. 1º - Aprovar a seguinte Resolução: **RESOLUÇÃO Nº 001/2023**, de 19 de setembro de 2023, que dispõe sobre a criação de cargos de nível médio para o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu.

Art. 2º - A presente Resolução é publicada no Diário Oficial do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para que todos os interessados tenham conhecimento e possam apresentar suas manifestações e recursos, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Esta Resolução é publicada no Diário Oficial do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para que todos os interessados tenham conhecimento e possam apresentar suas manifestações e recursos, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 20/2023

O Município de Chopinzinho, estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 76.995.414/0001-60, com sede na Rua Miguel Procopio Kurl, nº 3.811, através da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família, torna público que fará, no período entre a publicação deste Edital até o dia 03 de outubro de 2023, das 8:00hs às 12:00hs e das 13:00hs às 17:00hs, CHAMADA PÚBLICA, para fins de credenciamento de inscrição de associações sem fins lucrativos, interessadas em explorar a COPA e a COZINHA durante o Evento "Comemorativo ao Dia Internacional do Idoso", que acontecerá no dia 07 de outubro de 2023.

A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: <http://www.chopininho.pr.gov.br/>.

Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família, do Município de Chopinzinho, ou através do telefone (46) 3242-2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
Poder Executivo
Secretaria Municipal de Administração

RESOLUÇÃO Nº 001/2023
DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

O Conselho Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, resolve, no âmbito de sua competência, o seguinte:

Art. 1º - Aprovar a seguinte Resolução: **RESOLUÇÃO Nº 001/2023**, de 19 de setembro de 2023, que dispõe sobre a criação de cargos de nível médio para o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu.

Art. 2º - A presente Resolução é publicada no Diário Oficial do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para que todos os interessados tenham conhecimento e possam apresentar suas manifestações e recursos, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Esta Resolução é publicada no Diário Oficial do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para que todos os interessados tenham conhecimento e possam apresentar suas manifestações e recursos, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
Poder Executivo
Secretaria Municipal de Administração

RESOLUÇÃO Nº 001/2023
DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

O Conselho Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, resolve, no âmbito de sua competência, o seguinte:

Art. 1º - Aprovar a seguinte Resolução: **RESOLUÇÃO Nº 001/2023**, de 19 de setembro de 2023, que dispõe sobre a criação de cargos de nível médio para o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu.

Art. 2º - A presente Resolução é publicada no Diário Oficial do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para que todos os interessados tenham conhecimento e possam apresentar suas manifestações e recursos, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Esta Resolução é publicada no Diário Oficial do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para que todos os interessados tenham conhecimento e possam apresentar suas manifestações e recursos, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍDUA - PR
PARECER E ADJUDICAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2023
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2023

DATA: 31/08/23 **ABERTURA: 19/09/23** **PROPOSTAS ATÉ: 08h** **DISPUTA: 10h**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR AULAS EM OFICINAS DE ARTESANATO, COM INSTRUTORES HABILITADOS PARA ATENDIMENTO AO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DE IDOSOS DO MUNICÍPIO DE CORONEL VÍDUA, conforme discriminado no objeto do presente edital.

A publicação na íntegra dos atos acima encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.diarioemunicipal.com.br/paran/pr/> - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
Poder Executivo
Secretaria Municipal de Administração

RESOLUÇÃO Nº 001/2023
DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

O Conselho Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, resolve, no âmbito de sua competência, o seguinte:

Art. 1º - Aprovar a seguinte Resolução: **RESOLUÇÃO Nº 001/2023**, de 19 de setembro de 2023, que dispõe sobre a criação de cargos de nível médio para o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu.

Art. 2º - A presente Resolução é publicada no Diário Oficial do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para que todos os interessados tenham conhecimento e possam apresentar suas manifestações e recursos, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Esta Resolução é publicada no Diário Oficial do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para que todos os interessados tenham conhecimento e possam apresentar suas manifestações e recursos, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO
Poder Executivo
Secretaria Municipal de Administração

RESOLUÇÃO Nº 001/2023
DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

O Conselho Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, resolve, no âmbito de sua competência, o seguinte:

Art. 1º - Aprovar a seguinte Resolução: **RESOLUÇÃO Nº 001/2023**, de 19 de setembro de 2023, que dispõe sobre a criação de cargos de nível médio para o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu.

Art. 2º - A presente Resolução é publicada no Diário Oficial do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para que todos os interessados tenham conhecimento e possam apresentar suas manifestações e recursos, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Esta Resolução é publicada no Diário Oficial do Município de Espigão Alto do Iguaçu, para que todos os interessados tenham conhecimento e possam apresentar suas manifestações e recursos, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução.

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍDUA - PR
PARECER E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2023
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2023

DATA: 17/08/23 **ABERTURA: 18/09/23** **PROPOSTAS ATÉ: 08h** **DISPUTA: 10h**

OBJETO: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de Mudanças de Plantas e Material de Paisagismo para todas as Secretarias do Município de Coronel Vídva, conforme discriminado no objeto do presente edital.

A publicação na íntegra dos atos acima encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.diarioemunicipal.com.br/paran/pr/> - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.

ATA DE REGISTRO	DETENTORA	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
182/2023	GEOMAPA TOPOGRAFIA LTDA	32.654.644/0001-90	59.994,30
183/2023	MATHY ENGENHARIAS LTDA	46.029.277/0001-48	42.799,90
184/2023	RAUL SOPKO JUNIOR ENGENHARIA	26.162.488/0001-47	86.753,00

Coronel Vídva, 19 de setembro de 2023, Anderson Henrique Barreto, Prefeito.

LOTE	ITEM	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO (mês) R\$	VALOR TOTAL R\$
1	1	VITAE - CURSOS PROFISSIONALIZANTES LTDA	1.572,50	18.870,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL R\$
VITAE - CURSOS PROFISSIONALIZANTES LTDA	11.589.175.0001-00	18.870,00

Nas condições de sua proposta e do edital.

Valor total da licitação é de R\$ 18.870,00 (dezoito mil oitocentos e setenta reais).

Nada mais havendo a constar, finalizamos o presente Parecer que vai adiante assinado pela Pregoeira e Equipe de Apoio.
Coronel Vivida, 19 de setembro de 2023.
Iana R. Schmid Elaine Bortolotto Juliano Ribeiro
Pregoeira Equipe de Apoio Equipe de Apoio

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2023

DATA: 31/08/23 ABERTURA: 19/09/23 PROPOSTAS ATÉ: 08h DISPUTA: 10h

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR AULAS EM OFICINAS DE ARTESANATO, COM INSTRUTORES HABILITADOS PARA ATENDIMENTO AO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DE IDOSOS DO MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA; conforme discriminado no objeto do presente edital.

Analisados todos os atos referentes ao Pregão Eletrônico nº 69/2023, HOMOLOGO o item a seguir ao licitante vencedor:

LOTE	ITEM	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO (mês) R\$	VALOR TOTAL R\$
1	1	VITAE - CURSOS PROFISSIONALIZANTES LTDA	1.572,50	18.870,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL R\$
VITAE - CURSOS PROFISSIONALIZANTES LTDA	11.589.175.0001-00	18.870,00

Nas condições de sua proposta e do edital.

Valor total da licitação é de R\$ 18.870,00 (dezoito mil oitocentos e setenta reais).

Coronel Vivida, 20 de setembro de 2023.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:2330A079

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO ATAS Nº 182 A 184

RESUMO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Referente ao Edital: Pregão Eletrônico nº 66/2023. Objeto: Registro de Preço para a contratação futura e eventual de serviços de Sondagem, Topografia e Agrimensura, para atender a demanda municipal. Prazo: 12 meses. Vigência: 20 de setembro de 2023 a 19 de setembro de 2024. Contratante: Município de Coronel Vivida. DETENTORAS:

ATA DE REGISTRO	DE DETENTORA	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
182/2023	GEOMAPA TOPOGRAFIA LTDA	32.654.644/0001-90	59.994,30
183/2023	MATHY ENGENHARIAS LTDA	46.029.277/0001-48	42.799,90
184/2023	RAUL SOPKO JUNIOR	26.162.488/0001-47	86.753,00

ENGENHARIA		
------------	--	--

Coronel Vivida, 19 de setembro de 2023.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Sandra Pelentil
Código Identificador:F8CE2C2B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2023

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Regimentais, especialmente em cumprimento da Lei Complementar n.º 101/2000, bem como outras legislações correlatas, **CONVOCA** a população e entidades civis e de classe do Município, para participar de Audiência Pública onde o Poder Executivo apresentará a Avaliação do Cumprimento de Metas Fiscais relativamente ao segundo quadrimestre de 2023 a ser realizada na Sede do Poder Legislativo, terça-feira, dia 28 de setembro de 2023, às 14:00 horas.

Gabinete do Presidente da Câmara de Diamante D'Oeste, 21 de setembro de 2023

MARINALDO GONÇALVES DA LUZ
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Salete Lucio da Costa
Código Identificador:FAF2167C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Diamante D'Oeste/PR; Inscrita no CNPJ/MF 09.219.919/0001-45, torna público que, fará realizar o Processo Licitatório sob nº 188/2023, na modalidade pregão registro de preço na forma Eletrônica sob nº 65/2023, do tipo menor preço por item unitário, visando à aquisição dos equipamentos de informática para atender o Município de Diamante d'Oeste/PR.; Devendo as propostas e documentações, serem anexadas no Portal de Compras do Governo Federal – www.compras.gov.br, até o dia **02-10-2023 às 09:00 horas**. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do EDITAL, cujas cópias poderão ser obtidas, no setor de Licitação, em qualquer dia útil e no endereço acima mencionado. Maiores informações, pelo telefone (45)3272-1141/3272-1235 e pelo site www.diamantedoeste.pr.gov.br.

Diamante D'Oeste, 19 de setembro de 2023.

GUILHERME PIVATTO JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:E99FE82C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 124/2023

SUMULA: Dispõe sobre pagamento de diárias e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE: